

1. INTRODUÇÃO

O desaparecimento das abelhas tem originado uma crescente preocupação com a sustentabilidade da atividade apícola, captando a atenção de diversas áreas de investigação, pelos seus efeitos em todo o ecossistema terrestre. Particularmente, a apicultura é uma atividade crucial para o futuro da agricultura e do mundo rural, em geral, como fonte de rendimento e emprego, e, em especial, pelo papel que desempenha, para a natureza e a segurança alimentar, na polinização de espécies nativas e cultivos agrícolas. De facto, cerca de 75% da produção mundial de alimentos depende da polinização, estando mais de 30% desta a cargo das abelhas (*Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral - GPP, 2016*), pelo que a importância da apicultura ultrapassa, em muito, o valor da sua produção direta: mel, cera, pólen, própolis, geleia real e enxames. O mel, enquanto principal produção apícola direta, constitui uma atividade estratégica tendo em vista um aproveitamento integrado e economicamente sustentável do espaço rural nacional (GPP, 2016).

Também, cultura atual de um estilo de vida saudável, incluindo o consumo de produtos naturais, originou alterações da procura, motivada pelos efeitos benéficos para a saúde do consumo de produtos da colmeia.

2. OBJETIVOS

Esta investigação visa contribuir para o desenvolvimento e valorização dos produtos apícolas, nomeadamente, o mel. Assim, analisa-se a atividade apícola nacional, retratando a produção, comercialização, consumo e comércio externo de mel, bem como, as estratégias de incremento do valor acrescentado adotadas, particularmente, a produção e comercialização de produtos com nomes e modos de produção protegidos.

3. METODOLOGIA

Para tal, adotou-se uma metodologia de investigação quantitativa, descritiva e longitudinal, bem como, a análise bibliográfica de conteúdo. O estudo abarca o período 2005-2015 e tem por base múltipla informação estatística, complementada com outras fontes secundárias. Os dados relativos à produção certificada têm origem nas estatísticas relativas ao *Modo de Produção Biológico - MPB*, publicadas pela *Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - DGADR*, e nos inquéritos anuais dirigidos aos agrupamentos gestores dos Nomes Protegidos efetuados pelo GPP. Para a produção nacional foram utilizadas as estatísticas agrícolas do Instituto Nacional de Estatística e informação do Programa Apícola Nacional, publicado pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Outubro de 2015, existiam em Portugal cerca de 10.698 apicultores, os quais detinham um total de 626.399 colmeias, dispersas por 33.876 apiários, representando um decréscimo de 30% do número de apicultores acompanhado pelo acréscimo de 13% do efetivo, relativamente a 2007.

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA ATIVIDADE APÍCOLA

Apicultura portuguesa concentra-se especialmente nas regiões do Interior Norte e Centro do país, seguidas do Alentejo e Algarve (Gráfico 1). Esta atividade é exercida maioritariamente por pequenos apicultores, em complemento da atividade agrícola, sendo a taxa de profissionalização do sector ainda reduzida - apenas 10% dos apicultores são profissionais, porém detêm 59% do efetivo total (Gráfico 2).

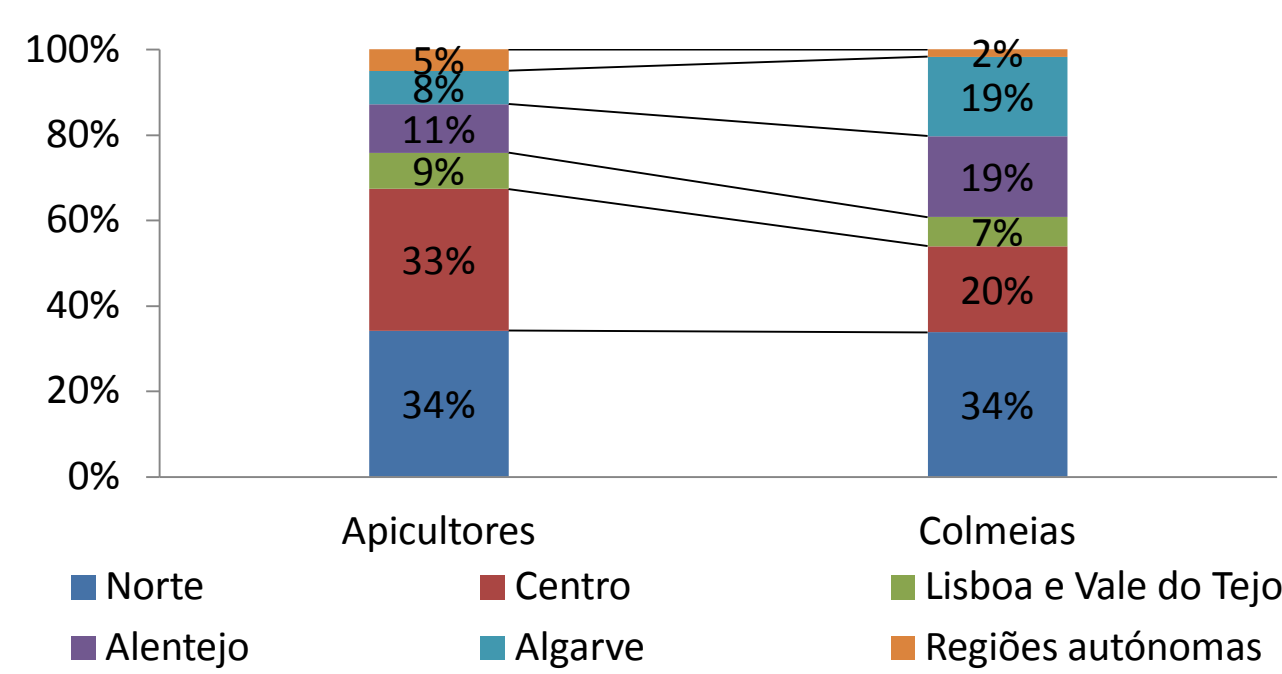


Gráfico 1: Distribuição da regional atividade apícola, 2015

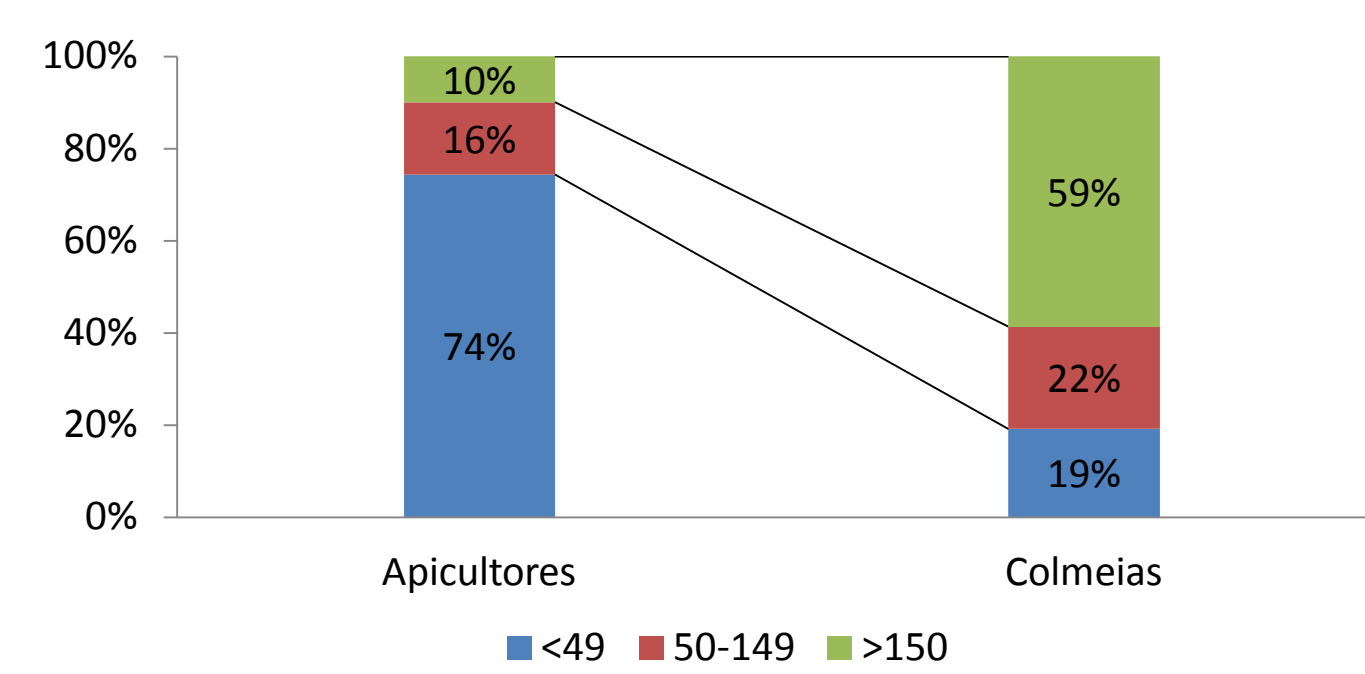


Gráfico 2: Distribuição da atividade apícola por classes de dimensão, 2015

O Alentejo e Algarve são as regiões do país onde o peso dos pequenos apicultores menos se faz sentir, sendo que 17% e 31% dos apicultores da região detêm mais de 150 colmeias, respetivamente.

O setor evidencia uma dinâmica global bastante favorável reflexo da redução do número de pequenos e muito pequenos apicultores e acréscimo dos apicultores de maior dimensão. Em resultado, a taxa de profissionalização cresceu 143%, face a 2007, e a dimensão média passou de 36,3 para 58,6 colmeias por apicultor (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução do número de colmeias por apicultor, por classes de dimensão, 2007-2015

Classes de dimensão	2007	2010	2013	2015
<49	14,5	13,9	13,5	15,1
50-149	79,4	78,9	79,7	82,6
>150	358,3	361,3	351,1	345,8
Total	36,3	32,5	34,0	58,6

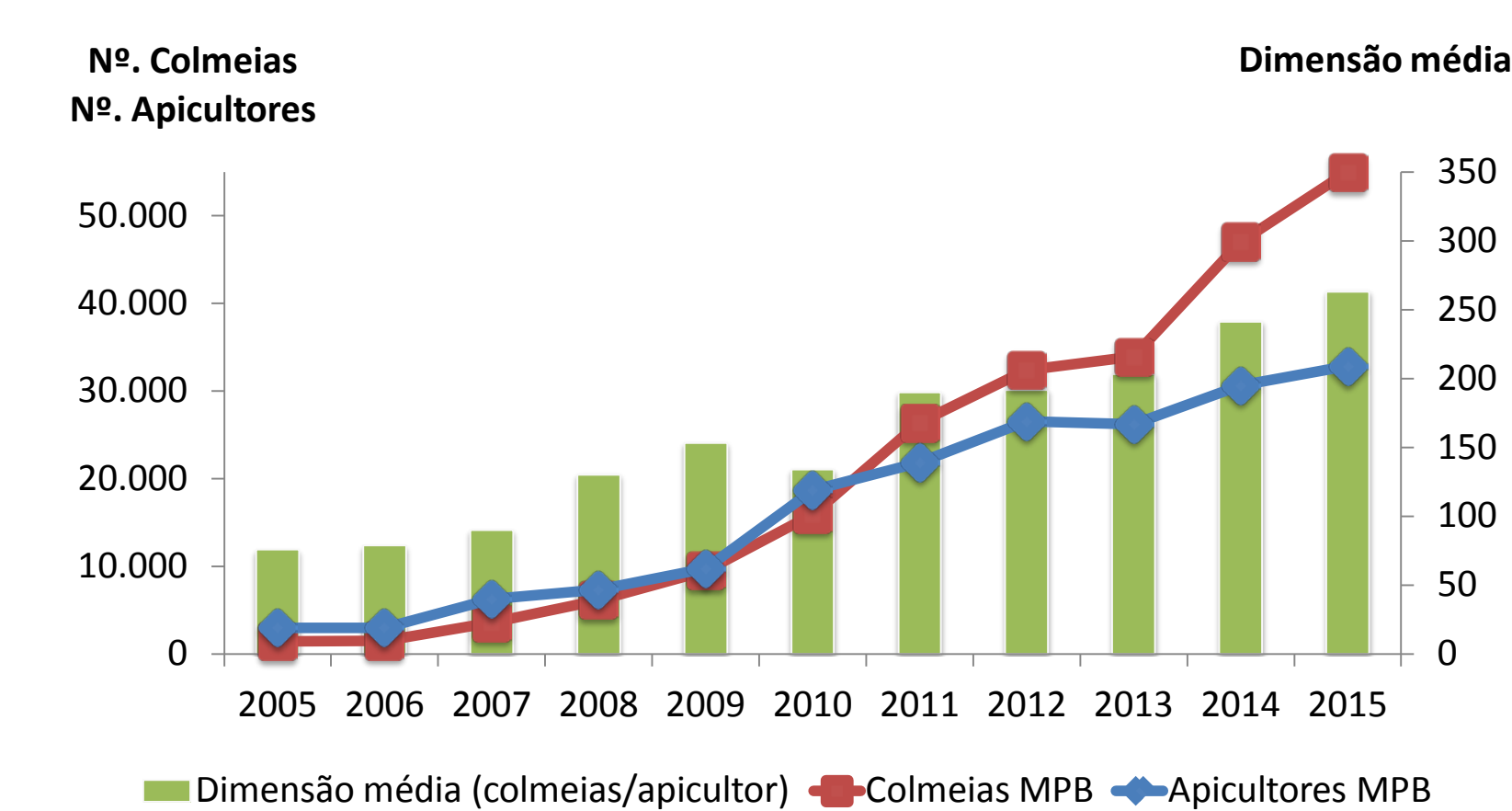


Gráfico 3: Evolução da apicultura em MPB: 2005-2015

PRODUÇÃO MELÍFERA

Em 2015, o Valor Bruto da Produção Apícola estava estimado em 76.257 mil euros (GPP, 2016), refletindo um acréscimo de 182% relativamente a 2007.

Em 2015, o valor da produção melífera, ao produtor, era de 50.858 mil euros, evidenciando a importância deste produto para a geração de valor do setor. Em 10 anos, o valor do mel, na produção, quase duplicou (Gráfico 4), fruto do aumento do volume (+83%) e do preço médio ao produtor (de 2,5 €/kg, em 2005, para 4 €/kg, em 2015), particularmente, na venda a granel.

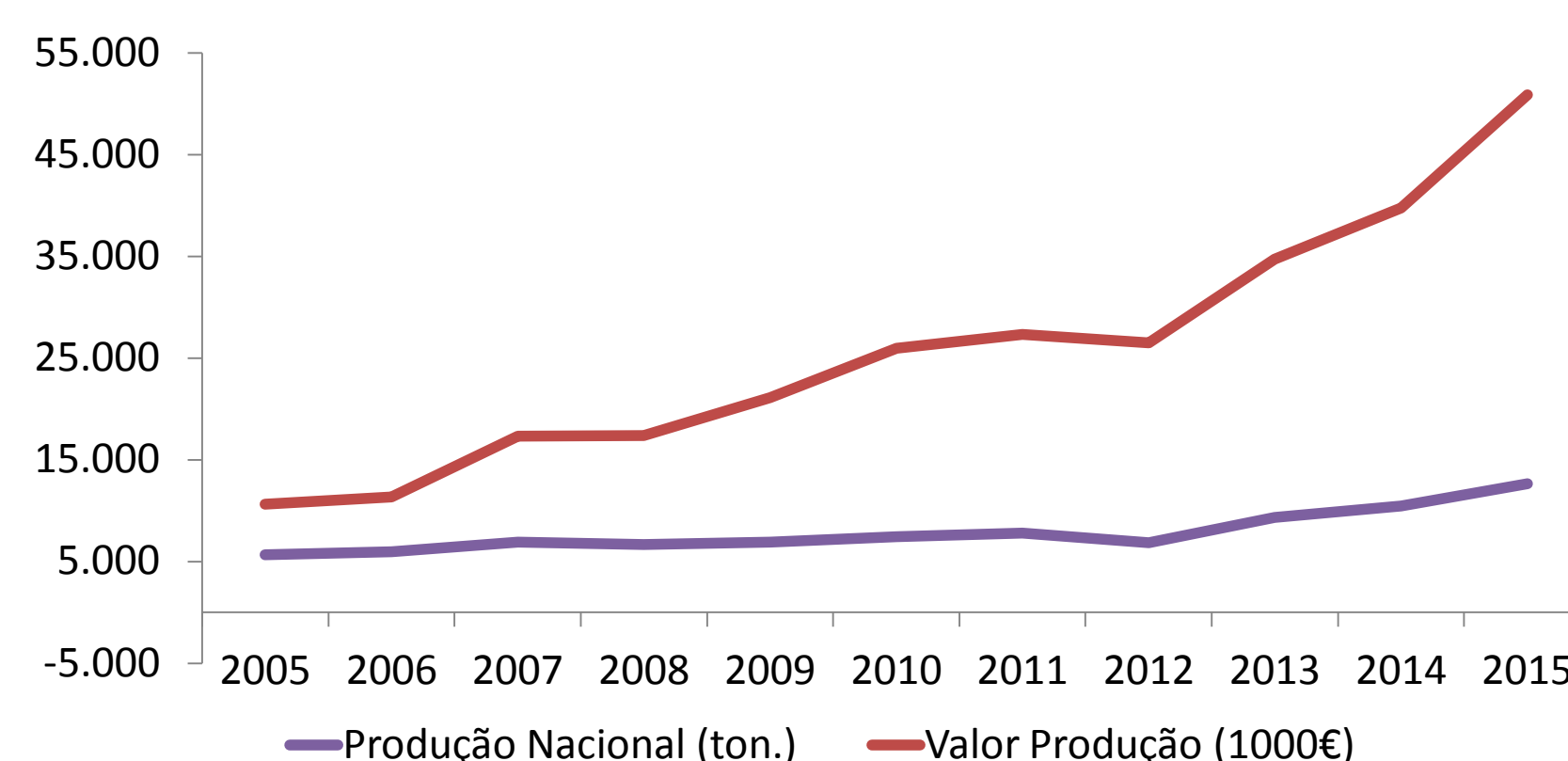


Gráfico 4: Evolução da produção de mel, 2005-2015

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MEL QUALIFICADO

Em 2015, existiam 9 denominações de origem protegida – DOP, de mel reconhecidas, todavia, apenas 4 apresentavam produção como tal.

O mercado DOP apresenta oscilações significativas ao nível da oferta do produto, especialmente motivadas pela entrada e saída neste mercado de alguns “pesos pesados”, como é o caso do Mel da Terra Quente DOP (Gráfico 5). Este mel apresentou-se “em força”, em 2010, respondendo por mais de 70% da oferta disponível no mercado e adotando uma estratégia de preços de penetração (2,3€/kg). Tal resultou no aumento do peso da produção qualificada na produção nacional e na descida do preço médio do mel qualificado para níveis abaixo do preço médio global do mel (Tabela 2).

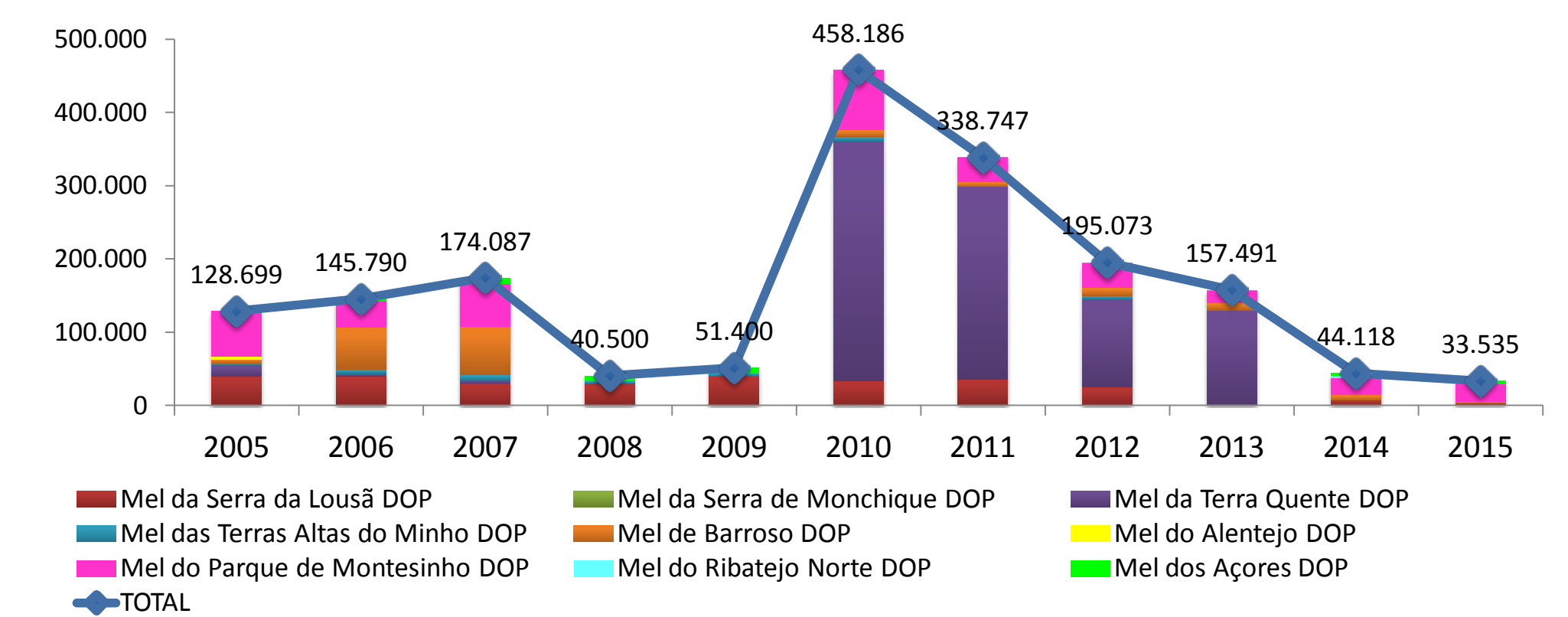


Gráfico 5: Evolução da produção de mel qualificado, kg, 2005-2015

Os méis DOP com melhor remuneração ao produtor foram os méis do Alentejo (7€/kg) e da Serra da Lousã (6,85€/kg), em contraste, os méis transmontanos exibem um desempenho inferior (Mel do Parque de Montesinho: 4,11 €/kg; Mel da Terra Quente: 2,43€/kg). A diferença entre os preços dos méis qualificados e não qualificados, mostra que, em geral, a qualificação contribuiu para a sua valorização (entre 25%-30%, em média, sendo os méis do Alentejo e da Serra da Lousã que melhor exploram esta mais-valia).

Tabela 2: Evolução da representatividade da produção de mel qualificado, 2005-2015

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Peso mel qualificado na produção total	Volume	2,3%	2,4%	2,5%	0,6%	0,7%	6,2%	4,3%	2,8%	1,7%	0,4%	0,3%
	Valor	4,9%	6,2%	4,8%	1,6%	1,8%	5,3%	3,8%	3,0%	1,8%	0,6%	0,4%
Preço médio mel qualificado/mel total	2,2	2,5	1,9	2,6	2,4	0,9	0,9	1,1	1,1	1,5	1,4	

De 2005 a 2015, o preço do mel DOP cresceu apenas 17,4%, refletindo um preço médio de 4,84 €/kg.

Os méis DOP com melhor remuneração ao produtor foram os méis do Alentejo (7€/kg) e da Serra da Lousã (6,85€/kg), em contraste, os méis transmontanos exibem um desempenho inferior (Mel do Parque de Montesinho: 4,11 €/kg; Mel da Terra Quente: 2,43€/kg). A diferença entre os preços dos méis qualificados e não qualificados, mostra que, em geral, a qualificação contribuiu para a sua valorização (entre 25%-30%, em média, sendo os méis do Alentejo e da Serra da Lousã que melhor exploram esta mais-valia).

Em geral, o mel DOP é comercializado pelo agrupamento (>90%), com destino preferencial o comércio tradicional, a venda direta ao consumidor e feiras. Refletindo os canais de escoamento utilizados, 50%-70% do mel DOP tem por destino o mercado local, 30%-40% o mercado nacional e menos de 10%, a exportação.

COMÉRCIO EXTERNO DE MEL

As trocas externas de mel têm como parceiros prioritários países da União Europeia (+90%), sobretudo, Espanha. Entre 2005 e 2015, a evolução da Balança Comercial do produto foi, em geral, positiva, apresentando amiúde saldos positivos, embora reduzidos. Em 2015, este cenário alterou-se, tendo o comércio externo de mel sido desfavorável a Portugal, em 1,2 milhões de euros (Gráfico 6).

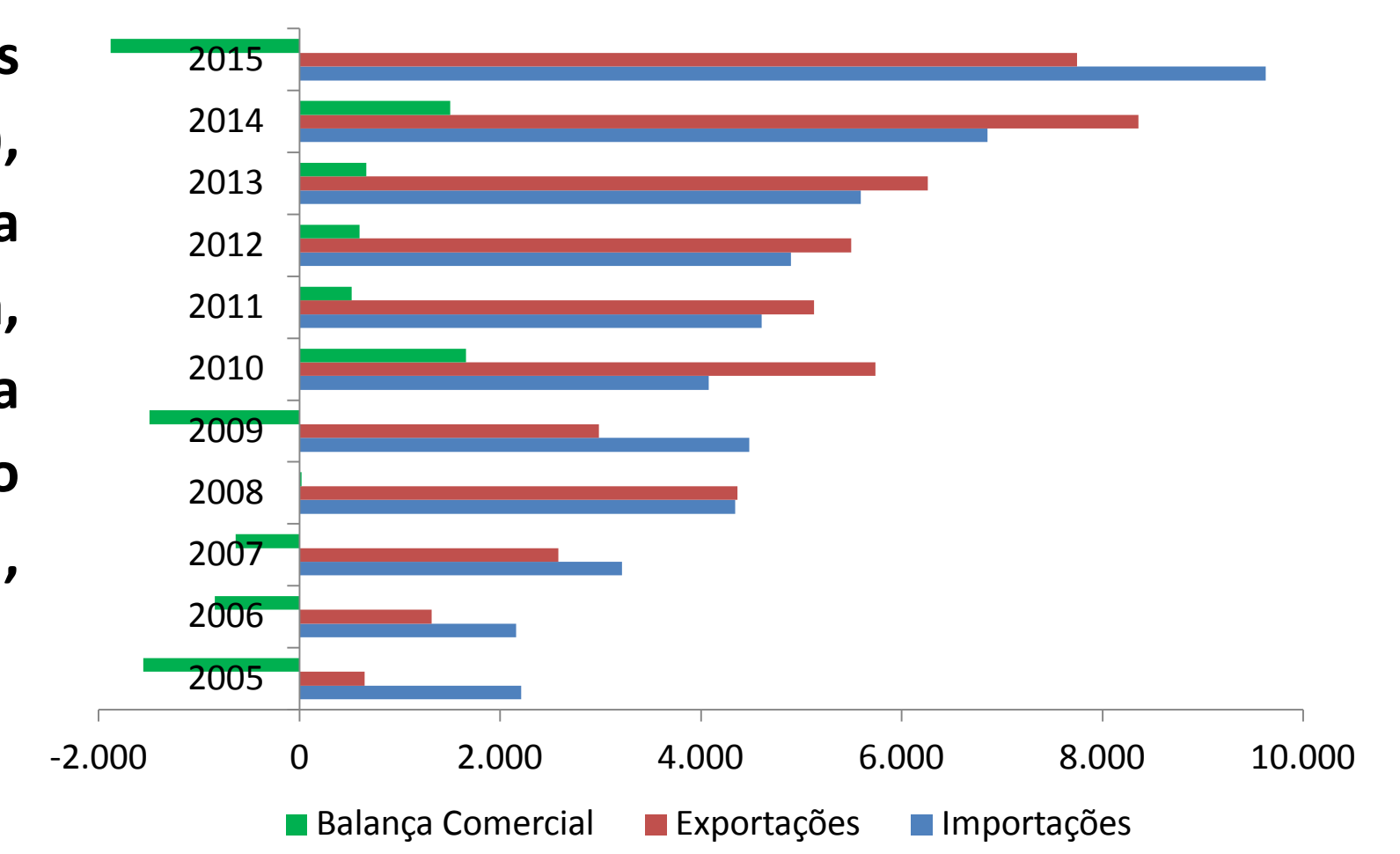


Gráfico 6: Evolução do comércio externo de mel, milhares de euros, 2005-2015

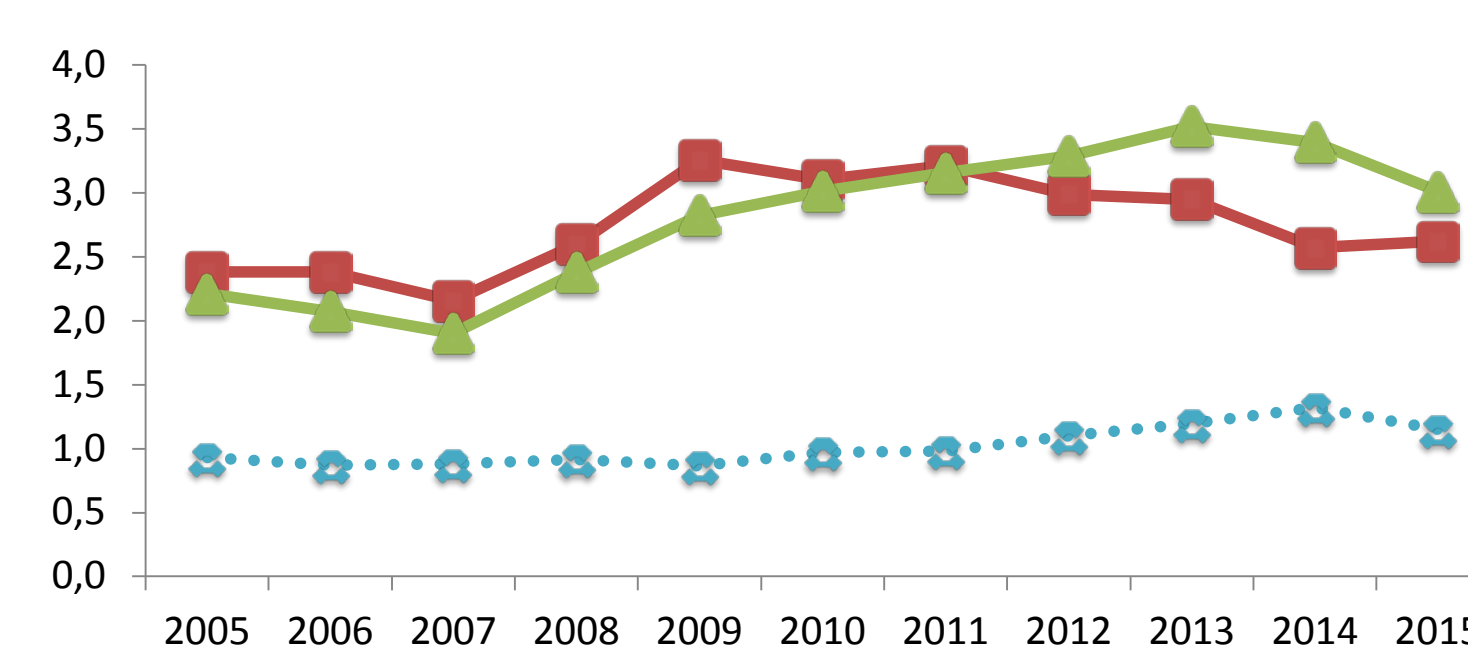


Gráfico 7: Evolução do preço médio na importação e exportação de mel, 2005-2015

CONSUMO NACIONAL DE MEL

A produção nacional de mel destina-se principalmente ao consumo humano, sendo a utilização industrial residual. Os consumidores portugueses adquirem o mel sobretudo junto de produtores locais, preferindo mel da própria região (com exceção dos consumidores lisboetas), não sendo a marca um atributo particularmente valorizado. O consumidor nacional é apreciador de mel, valorizando particularmente os benefícios do seu consumo para a saúde (GPP, 2013; Ribeiro *et al.*, 2010).

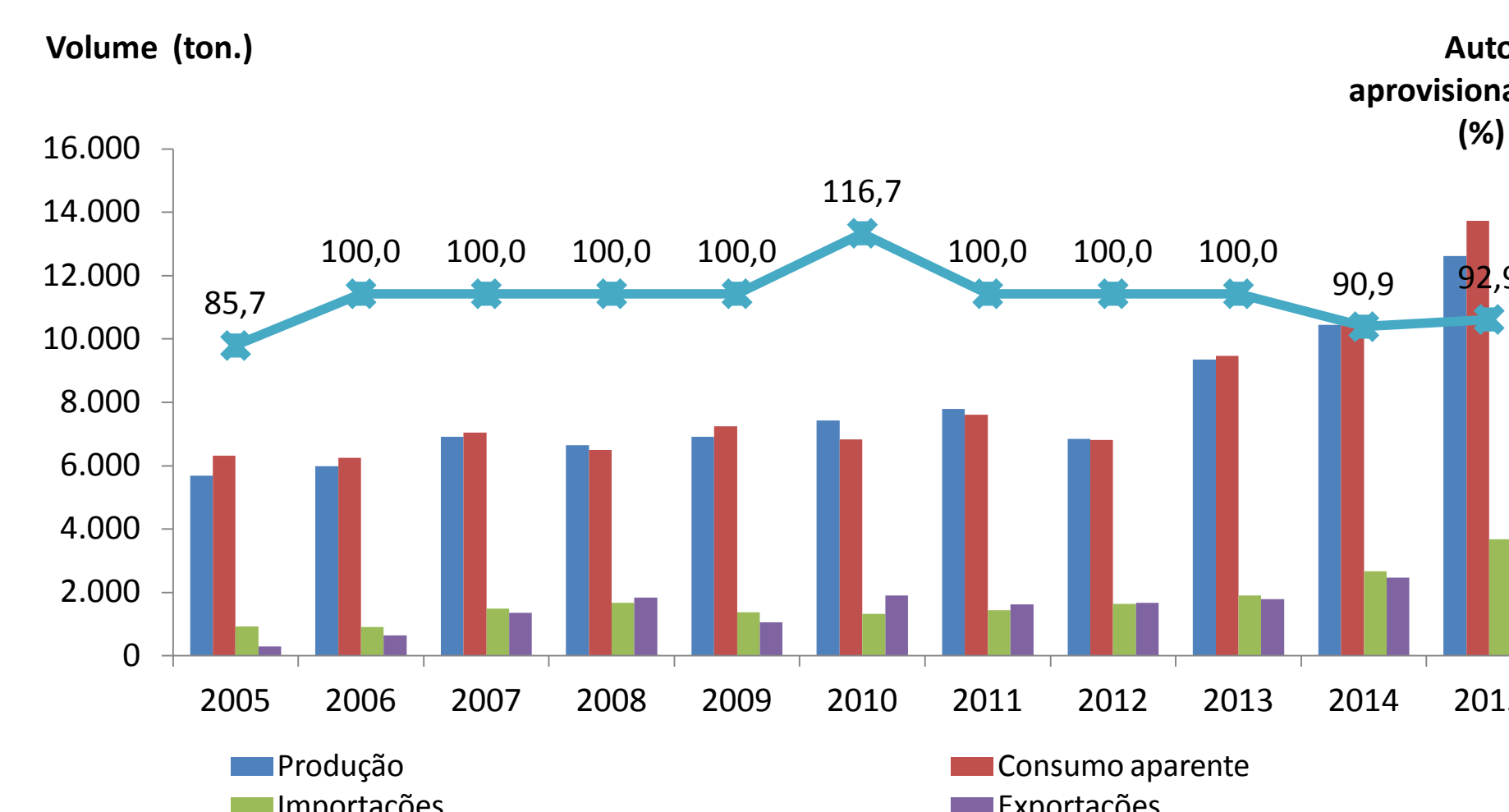


Gráfico 8: Evolução do consumo e auto-aproveitamento de mel: 2005-2015

A análise comparativa da evolução do preço médio à exportação e importação, evidencia a crescente apreciação do mel nacional no mercado externo (Gráfico 7), sendo especialmente valorizado nas saídas para países extracomunitários (último quinquênio: preço médio de 5,75 €/kg).

Em 2015, o consumo nacional de mel *per capita* rondava os 1,4 kg mel/hab./ano, duplicando o valor registado em 2005. Tal acréscimo no consumo prejudicou a capacidade de abastecimento do mercado interno, pelo que, apesar do acréscimo sentido na produção, a oferta nacional de mel, é, atualmente, insuficiente para responder à procura interna (Gráfico 8).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portugal possui condições climáticas favoráveis à atividade apícola, sendo o número crescente de produtores para os quais a atividade é a base das receitas de exploração (GPP, 2016), indicador do seu potencial de mercado. Porém, é fundamental a aposta na profissionalização e diversificação da oferta, visando potenciar o rendimento da exploração e adequar a capacidade de resposta nacional à presente dinâmica da procura por produtos da colmeia. Ajustamento crucial face à importância económica da atividade, em especial, nas regiões deprimidas do Interior, em que o défice sociodemográfico reforça o défice económico e vice-versa, um círculo vicioso difícil de quebrar. Todavia, nestes territórios, há exemplos que se destacam pela diversificação da oferta e diferenciação dos produtos, como é o caso do Agrupamento de Produtores de “Mel do Parque”.

REFERÊNCIAS

- DGADR(2017). Estatísticas Agricultura Biológica. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural., MAR, Lisboa
GPP (2008 a 2016). Inquérito aos Agrupamentos Gestores de Produtos com Nomes Protegidos DOP/GP/ETG. Gabinete de Planeamento e Políticas, MAMAOT/MAM, Lisboa
GPP (2007). Programa Apícola Nacional Triénio de 2008-2010. Grupo Acompanhamento do Programa Apícola .MADR, Lisboa
GPP (2010). Programa Apícola Nacional Triénio de 2011-2013. Grupo Acompanhamento do Programa Apícola .MADR, Lisboa
GPP (2013). Programa Apícola Nacional Triénio de 2014-2016. Grupo Acompanhamento do Programa Apícola, MAMAOT, Lisboa
GPP (2016). Programa Apícola Nacional Triénio de 2017-2019. Grupo Acompanhamento do Programa Apícola, MAR, Lisboa
IDRHa (2007). Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. Produtos Tradicionais com Nomes Protegidos: Apresentação e Análise de Dados sobre Produção, Preços e Comercialização. MADRP, Lisboa.
INE (2006 a 2016). Estatísticas Agrícolas (2005-2015). Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
Ribeiro, M., Fernandes, A., Matos, A., & Cabo, P. (2010). Produtos Locais: o consumo de mel no distrito de Bragança. V Congresso de Estudos Rurais (pp. 216-228). Aveiro: Universidade de Aveiro.